



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA STJ/SAD N. 73 DE 11 DE MARÇO DE 2019.

Designa Gestor do Termo de Cessão de Uso STJ n. 04/2015.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o item 16.4.21, inciso VI, do Manual de Organização do STJ, instituído pela Instrução Normativa STJ n. 15, de 15 de outubro de 2018, e considerando o que consta do Processo STJ n. 006049/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Queli Cristina de Barros Miranda, matrícula S040503, e Juliano Lima Damasceno, matrícula S030478, respectivamente, como gestor e gestor substituto do Termo de Cessão de Uso STJ n. 04/2015 (Processo STJ n. 006049/2015), firmado com a Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal - ASSTJ, que tem por objeto a cessão, a título precário, de espaço físico do STJ destinado à Associação dos Servidores do STJ e do CJF - ASSTJ, com ônus para a cessionária dos custos relativos à conservação e utilização do terreno e ressarcimento de despesas pela utilização da área cedida na sede do Tribunal.

Art. 2º São atribuições dos gestores, dentre outras necessárias ao cumprimento do termo:

I - Pautar sua atuação pela estrita observância da legalidade e da moralidade administrativas, tendo como referência o equilíbrio contratual e os interesses do STJ;

II - Efetuar minucioso exame do termo de cessão de uso;

III - Agendar e registrar em ata, em momento imediatamente anterior ao início da execução do objeto e, sempre que entender necessário, reunião com a empresa tendo por objetivo prestar esclarecimentos quanto às obrigações contratuais, e às situações que ensejarão aplicações de sanções;

IV - Proceder ao registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do termo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, juntando, tempestivamente, no processo. Comunicar as ocorrências à Secretaria de Administração que ensejarem aplicação de sanções, mediante documento circunstanciado, indicando a penalidade cabível;

V - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica;

VI - Controlar o prazo de vigência do termo e, se for o caso, encaminhar o processo administrativo à Secretaria de Administração, com antecedência mínima de 6 meses do fim da sua vigência, com a solicitação de nova cessão, se for o caso.

Art. 3º Fica revogada a Portaria STJ/SAD N. 50 de 15 de março de 2016.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Walter Disney Noleto Costa, Diretor-Geral - Em Substituição**, em 12/03/2019, às 19:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1528221** e o código CRC **4F2F2C7A**.